

A demagogia das isenções de IRPF

Rogério L. Furquim Werneck*

O País continua ao sabor de convicções primitivas e despropositadas do presidente da República. “Na minha cabeça, salário não é renda. Renda é de quem vive de especulação. Esse, sim, deveria pagar imposto de renda.” *Estadão*, 12/10/2024.

Mais uma vez, no círculo fechado de relações pessoais assimétricas de que Lula da Silva hoje se cerca, falta uma boa alma pedagógica que se disponha a lhe esclarecer:
- Não, presidente, permita-me lhe assegurar que o senhor está equivocado. Mundo afora, salário é considerado renda. E, como tal, é tributado.

É na sandice de que salário não é renda que se baseia o indefensável projeto de reforma do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) no País. Ao apresentá-lo, o ministro da Fazenda instou o Congresso a refletir sobre “a sociedade que queremos”. Os parlamentares poderiam esclarecer ao ministro que queremos uma sociedade democrática e próspera de cidadãos que maciçamente paguem imposto de renda. Muitos, quase nada. Outros, bem mais, na medida de sua renda. Uma base ampla de cobrança do imposto de renda é fundamental para ter uma cidadania capaz de exigir que o governo seja responsabilizado por seu desempenho.

Em 2025, a Receita Federal espera receber cerca de 46 milhões de declarações de imposto de renda, menos de 22% da população. Nos EUA, 48% da população entregam declarações. No anúncio do projeto, Lula alardeou como grande feito que 10 milhões de pessoas deixariam de pagar imposto de renda. Tamanha erosão do contingente de contribuintes do IRPF seria, na verdade, um tremendo desserviço ao País.

Mas Lula só tem olhos para novas formas de distribuir benesses a eleitores a conquistar. E para todo tipo de medida que possa dificultar a desaceleração da economia que vem sendo buscada pelo Banco Central para controlar a inflação. O ministro da Fazenda não deixou margem a dúvida sobre que naípe de populismo inspira o projeto: “deve significar o décimo-quarto salário do trabalhador”.

Como bem notou, já há meses, Naércio Menezes Filho, professor do Ínsper e da USP, não há como considerar pobres os beneficiários da ampliação da isenção de IRPF agora contemplada pelo governo, que seriam contribuintes com renda mensal entre R\$ 3.000 e R\$ 7.000. E que, portanto, seria injustificável agraciá-los com benesses fiscais que, em princípio, poderiam ser destinadas, por outras vias, a segmentos incomparavelmente mais carentes da população. Ao contrário do que se poderia imaginar, não há nada de “justo” nas isenções contempladas. (*Valor*, 29/11/2024)

Tal como nosso sistema de votação e apuração eleitoral, o aparato de cobrança do IRPF é algo de que o País se orgulha. Não deve ser objeto de manipulações eleitoreiras. E, sim, de uma agenda séria de reformas, que torne a tributação da renda muito mais equânime e abrangente do que vem sendo.

Há que se lidar com as brutais distorções que têm advindo da pejetização, sob o abrigo do regime de tributação por lucro presumido, com abusos ostensivos no Simples Nacional e, claro, com a integração entre IRPF e IRPJ na tributação de lucros.

Mas o governo jamais se dispôs a levar tal agenda à frente. O que agora propõe, para compensar a perda de arrecadação que adviria das isenções, é um atalho grosseiro e ineficaz para tributação de contribuintes de alta renda que passa ao largo das reformas que se fazem necessárias.

Sobram razões para apreensão. Tendo aberto a caixa de Pandora da cobrança do IRPF, o governo, minoritário como está, não terá nenhum controle sobre o que fará o Congresso. O que se teme é que o estrago seja similar ao perpetrado por Dilma Rousseff e seus aprendizes de feiticeiro, quando decidiram propor que a contribuição patronal sobre folhas de pagamento de um grupo seletivo de pequenos setores passasse a ser feita sobre faturamento. Três governos depois, o País ainda não conseguiu desmontar o gigantesco e desastroso esquema de desoneração da folha que acabou aprovado pelo Congresso. O PT não aprende.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.